

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Ordinária		0,09265
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2016	Dividendo	29/11/2016	Preferencial		0,10191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.010.882	999.159
1.01	Ativo Circulante	143.301	174.409
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.860	44.388
1.01.03	Contas a Receber	15.073	21.657
1.01.03.01	Clientes	14.136	13.542
1.01.03.01.01	Revendedores	13.193	12.696
1.01.03.01.02	Consumidores	943	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	2.045	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.020	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.020	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	267	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	75.036	103.245
1.01.08.03	Outros	75.036	103.245
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.528	1.705
1.01.08.03.02	Outros Créditos	17.117	15.732
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	0	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	46.995	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	9.396	9.350
1.02	Ativo Não Circulante	867.581	824.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	777.311	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	777.311	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	13.737	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	443.151	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	45.150	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	77.158	73.985
1.02.03	Imobilizado	11.121	13.653
1.02.04	Intangível	1.991	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.991	2.260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.010.882	999.159
2.01	Passivo Circulante	40.774	61.597
2.01.02	Fornecedores	4.668	4.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.668	4.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.924	4.326
2.01.05	Outras Obrigações	32.182	52.727
2.01.05.02	Outros	32.182	52.727
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	10.224	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.189	5.632
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	174
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	4.412	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	8.471	8.612
2.02	Passivo Não Circulante	185.662	176.855
2.02.02	Outras Obrigações	24.128	24.798
2.02.02.02	Outros	24.128	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	7.157	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	111.766	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.766	108.810
2.02.04	Provisões	49.768	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.768	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.408	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	145	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.200	23.399
2.03	Patrimônio Líquido	784.446	760.707
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.739	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	40.878	40.878

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	40.060	82.996	36.775	73.755
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.620	-107.955	-72.755	-105.522
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.620	-107.955	-72.755	-105.522
3.03	Resultado Bruto	-12.560	-24.959	-35.980	-31.767
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.777	3.173	2.134	6.700
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.777	3.173	2.134	6.700
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.783	-21.786	-33.846	-25.067
3.06	Resultado Financeiro	26.407	53.005	21.973	42.639
3.06.01	Receitas Financeiras	26.658	53.587	22.446	44.447
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.551	15.099	7.807	16.281
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	19.107	38.488	14.639	28.166
3.06.02	Despesas Financeiras	-251	-582	-473	-1.808
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-251	-582	-473	-1.808
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.624	31.219	-11.873	17.572
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-264	-7.480	4.523	2.004
3.08.01	Corrente	-4.525	-4.525	-689	-689
3.08.02	Diferido	4.261	-2.955	5.212	2.693
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.360	23.739	-7.350	19.576
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.360	23.739	-7.350	19.576
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,39214	0,60603	-0,18766	0,49972
3.99.01.02	PN	0,43135	0,66664	-0,20642	0,54969
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,39214	0,60603	-0,18766	0,49972
3.99.02.02	PN	0,43135	0,66664	-0,20642	0,54969

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	15.360	23.739	-7.350	19.576
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.567
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	-5.405
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	0	1.838
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.360	23.739	-7.350	16.009

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.072	-3.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.618	-22.116
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	23.739	19.576
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-3.173	-6.700
6.01.01.03	Depreciação/amortização	609	985
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	2.151	8.305
6.01.01.05	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.616	0
6.01.01.06	Tributos diferidos	2.956	-4.532
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	974	1.261
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-50.565	-41.408
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	75	0
6.01.01.10	Baixa de intangível	0	397
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.454	18.635
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-594	796
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.059	-4.538
6.01.02.03	Estoques	54	29
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-31	-68
6.01.02.05	Outras contas a receber	-2.359	-11.454
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	96	61.805
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-15.242	-13.157
6.01.02.08	Fornecedores	124	637
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-760	-7.467
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-3.074
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-95	-5.221
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-588	347
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.544	35.332
6.02.01	Aquisição de imobilizado	0	-840
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-2.184	-4.036
6.02.03	Aquisição de intangível	-133	0
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	41.026	36.656
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	835	3.552
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-4.588
6.03.02	Mútuo entre partes relacionadas	0	-4.588
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.472	27.263
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.388	16.538
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.860	43.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.739	0	23.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.739	0	23.739
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	23.739	40.878	784.446

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.576	-3.567	16.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.576	0	19.576
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	10.703	13.319	696.563

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	96.666	86.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.916	81.376
7.01.02	Outras Receitas	1.011	2.005
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.713	4.074
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-974	-1.261
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-49.597	-45.279
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.597	-45.279
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.069	40.915
7.04	Retenções	-609	-985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-609	-985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.460	39.930
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.272	22.981
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.173	6.700
7.06.02	Receitas Financeiras	15.099	16.281
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.732	62.911
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.732	62.911
7.08.01	Pessoal	41.848	46.716
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.017	42.485
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.831	4.231
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.674	22.570
7.08.02.01	Federais	32.010	18.096
7.08.02.03	Municipais	4.664	4.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-37.529	-25.951
7.08.03.01	Juros	582	1.808
7.08.03.02	Aluguéis	377	407
7.08.03.03	Outras	-38.488	-28.166
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-38.488	-28.166
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.739	19.576
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.739	19.576

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.106.231	1.098.255
1.01	Ativo Circulante	153.863	183.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.878	50.145
1.01.03	Contas a Receber	18.890	25.298
1.01.03.01	Clientes	17.953	17.183
1.01.03.01.01	Revendedores	17.010	16.337
1.01.03.01.02	Consumidores	943	846
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	937	8.115
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	937	8.115
1.01.04	Estoques	2.045	2.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.108	2.784
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.108	2.784
1.01.07	Despesas Antecipadas	267	236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.675	103.154
1.01.08.03	Outros	73.675	103.154
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.539	1.712
1.01.08.03.02	Outros Créditos	12.062	11.951
1.01.08.03.03	Alienação de Bens e Direitos	0	835
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	46.995	75.623
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	13.079	13.033
1.02	Ativo Não Circulante	952.368	914.539
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	777.311	734.852
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	777.311	734.852
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	13.737	13.879
1.02.01.09.04	Arrendamento UTE Piratininga	443.151	404.984
1.02.01.09.05	Ativo financeiro indenizável	45.150	40.716
1.02.01.09.06	Ativo reversível da concessão	275.273	275.273
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	171.676	176.037
1.02.04	Intangível	1.991	2.260
1.02.04.01	Intangíveis	1.991	2.260

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.106.231	1.098.255
2.01	Passivo Circulante	48.851	70.240
2.01.02	Fornecedores	5.011	4.742
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.011	4.742
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.032	4.426
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.089	6.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.089	6.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.089	6.549
2.01.05	Outras Obrigações	32.719	54.523
2.01.05.02	Outros	32.719	54.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.716	3.716
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	10.224	10.582
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	5.194	5.637
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	196	200
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	4.412	16.833
2.01.05.02.08	Depósitos Vinculados	0	7.178
2.01.05.02.09	Imposto de Renda e Contrib. Social a Recolher	0	78
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	8.977	10.299
2.02	Passivo Não Circulante	272.934	267.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	87.272	90.453
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	87.272	90.453
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	87.272	90.453
2.02.02	Outras Obrigações	24.128	24.798
2.02.02.02	Outros	24.128	24.798
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	7.157	7.827
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	111.766	108.810
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.766	108.810
2.02.04	Provisões	49.768	43.247
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.768	43.247
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15	13
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.408	19.717
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	145	118
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.200	23.399
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	784.446	760.707
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	47.288	47.288
2.03.04.01	Reserva Legal	2.546	2.546
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	44.742	44.742
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.739	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	40.878	40.878

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.924	96.177	43.440	87.163
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.757	-113.775	-75.476	-108.374
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.757	-113.775	-75.476	-108.374
3.03	Resultado Bruto	-8.833	-17.598	-32.036	-21.211
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.833	-17.598	-32.036	-21.211
3.06	Resultado Financeiro	24.789	49.470	20.458	39.365
3.06.01	Receitas Financeiras	27.244	54.453	22.865	44.933
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.137	15.965	8.226	16.767
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	19.107	38.488	14.639	28.166
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.455	-4.983	-2.407	-5.568
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.455	-4.983	-2.407	-5.568
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.956	31.872	-11.578	18.154
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-596	-8.133	4.228	1.422
3.08.01	Corrente	-4.857	-5.178	-984	-1.271
3.08.02	Diferido	4.261	-2.955	5.212	2.693
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.360	23.739	-7.350	19.576
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	15.360	23.739	-7.350	19.576
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.360	23.739	-7.350	19.576
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,39214	0,60603	-0,18766	0,49972
3.99.01.02	PN	0,43135	0,66664	-0,20642	0,54969
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,39214	0,60603	-0,18766	0,49972
3.99.02.02	PN	0,43135	0,66664	-0,20642	0,54969

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	15.360	23.739	-7.350	19.576
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.567
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	-5.405
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	0	1.838
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	15.360	23.739	-7.350	16.009
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.360	23.739	-7.350	16.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.370	-5.225
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.119	-11.656
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	23.739	19.576
6.01.01.02	Depreciação/amortização	2.578	985
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	2.151	8.305
6.01.01.04	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	6.616	0
6.01.01.05	Tributos diferidos	2.956	-4.532
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	974	1.261
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos	4.357	3.760
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-50.565	-41.408
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	75	0
6.01.01.10	Baixa de intangível	0	397
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.251	6.431
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-770	-2.260
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.151	-4.621
6.01.02.03	Estoques	54	29
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-31	-68
6.01.02.05	Outras contas a receber	-1.085	-16.042
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	96	58.218
6.01.02.07	Contribuições para plano de previdência	-15.242	-13.157
6.01.02.08	Fornecedores	269	-1.345
6.01.02.09	Folha de pagamento e obrigações sociais	-830	-7.253
6.01.02.10	Pagamento de custos socioambientais	0	-3.074
6.01.02.11	Pagamento contingências cíveis e trabalhistas	-95	-5.221
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-1.769	4.961
6.01.02.13	Juros pagos com empréstimos	-3.697	-3.736
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.404	33.708
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-140	-2.464
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-2.184	-4.036
6.02.03	Aquisição de intangível	-133	0
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	41.026	36.656
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	835	3.552
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.301	-3.265
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-3.301	-3.265
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.733	25.218
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.145	21.451
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.878	46.669

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	47.288	0	40.878	760.707	0	760.707
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.739	0	23.739	0	23.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.739	0	23.739	0	23.739
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	47.288	23.739	40.878	784.446	0	784.446

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	0	-8.873	16.886	680.554	0	680.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.576	-3.567	16.009	0	16.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.576	0	19.576	0	19.576
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	-3.567	-3.567	0	-3.567
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	0	10.703	13.319	696.563	0	696.563

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	110.536	101.698
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.646	95.292
7.01.02	Outras Receitas	1.011	2.005
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.853	5.662
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-974	-1.261
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.525	-49.688
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-53.525	-49.688
7.03	Valor Adicionado Bruto	57.011	52.010
7.04	Retenções	-2.578	-985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.578	-985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	54.433	51.025
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.965	16.767
7.06.02	Receitas Financeiras	15.965	16.767
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.398	67.792
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	70.398	67.792
7.08.01	Pessoal	41.848	46.716
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.017	42.485
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.831	4.231
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.907	23.689
7.08.02.01	Federais	33.243	19.215
7.08.02.03	Municipais	4.664	4.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-33.096	-22.189
7.08.03.01	Juros	4.983	5.568
7.08.03.02	Aluguéis	409	408
7.08.03.03	Outras	-38.488	-28.165
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-38.488	-28.165
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.739	19.576
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.739	19.576

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o Desempenho Consolidado da EMAE do período findo em 30 de junho de 2016

A Receita Operacional Líquida apresentou um acréscimo de 10,34% devido ao reajuste tarifário ocorrido em de julho de 2015, acrescido das receitas adicionais decorrentes dos investimentos realizados e das receitas antecipadas para realização de investimentos futuros.

Os Custos dos Bens e Serviços apresentaram um aumento de 9,10%, devido aos seguintes fatos:

- Redução de 9,3% nas Despesas com Pessoal, devido a diminuição no quadro de empregados, havendo uma redução de aproximadamente 9%.

Provisão para Contingência no valor de R\$ 4,7 milhões referentes a processos de natureza trabalhistas, contra uma reversão ocorrida no ano de 2015 de R\$ 11,8 milhões, devido acordos firmados pela EMAE com Sindicatos e Empregados.

- Acréscimo de 16,2% nas despesas com Serviços de Terceiros devido aos custos adicionais assumidos pela EMAE com dragagens e remoções de lixo do Canal Pinheiros, enquanto não ocorre a formalização de convênio para repasses de verbas do Estado para o exercício de 2016. No primeiro semestre de 2016 o montante desembolsado pela EMAE referente a esses serviços foi R\$ 9,4 milhões (R\$ 1,5 milhão em 2015).
- Acréscimo de 23,3% nos encargos sobre energia elétrica, especificamente, nas despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, que (R\$ 4,6 milhões em 30 de junho 2016 e R\$ 1,7 milhão em 30 de junho 2015), devido ao aumento na geração de energia elétrica no 1º semestre de 2016.

Decorrentes desses fatos o Resultado no Serviço em 30 de junho de 2016 apresenta-se negativo em R\$ 17,6 mil entretanto, em nível menor que o resultado negativo verificado em 30 de junho de 2015 que foi de R\$ 21,2 milhões, redução de 17%.

O Resultado Financeiro teve um aumento de 25,6% decorrente dos juros e variações monetárias vinculadas ao arrendamento da Usina Termelétrica Piratininga, sendo que no primeiro semestre de 2016 a variação do IGP-M foi superior à do mesmo período de 2015 (5,91% em 30 de junho de 2016 e 4,33% em 30 de junho 2015).

No acumulado do 2º semestre de 2016, verifica-se redução nas despesas vinculadas à Fundação CESP devido a aplicação, na reavaliação efetuada em 31 de dezembro de 2015, de taxa de juros superior à anteriormente aplicada, em 31 de dezembro de 2014 (7,31% e 6,17%, respectivamente), aumentou o rendimento esperado do plano e reduzindo, em consequência, as despesas a serem reconhecidas em 2016.

Comentário do Desempenho

No primeiro semestre de 2016, a subsidiária integral Pirapora Energia, apresentou um lucro de R\$ 3,2 milhões inferior ao lucro de 30 de junho de 2015 (R\$ 6,7 milhões).

A variação entre o IR e CSLL verificada no comparativo entre os semestres, ocorreu, devido ao lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social no valor R\$ 31,9 milhões obtido no primeiro semestre de 2016 (R\$ 18,1 milhões, em 30 de junho de 2015). Em 2015 ocorreu, ainda, reversão de provisões para contingências no valor de R\$ 11,8 milhões que contribuíram, significativamente, para a redução das despesas de IR e CSLL do período.

Cabe destacar, também, que no 1º semestre de 2016 houve despesas de IR e CSLL diferidos no montante de R\$ 2,9 milhões (R\$ 2,7 milhões em 30 de junho de 2015), devido a constituição do crédito fiscal diferido sobre o montante do passivo atuarial constituído em 2015.

Como reflexos dos fatos comentados a EMAE obteve um Lucro em 30 de junho de 2016 de R\$ 23,4 milhões, superior em 21,3% ao Lucro de R\$ 19,6 milhões verificado em 30 de junho de 2015.

Controlada Pirapora Energia S.A

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulica da unidade geradora – UG2 foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada à ANEEL.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas das paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP.

Análises e laudos realizados indicam que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás.

O cronograma atualizado previsto de retorno em operação das máquinas indica as seguintes datas:

- Retorno provisório de uma UG: 01/11/2016
- Retorno definitivo UG01: 01/09/2017
- Retorno definitivo UG02: 01/10/2017

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE", ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas a UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as Companhias com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração - RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração foi calculada pela ANEEL por meio de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária.

Conforme a Subcláusula Primeira da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Também de acordo com a Subcláusula Décima Segunda do mesmo, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, serão cobrados pela ANEEL e serão ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção das cotas.

Notas Explicativas

Além disso, o novo modelo estipula, também, que: os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passam a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos será disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas; e encargos e tributos, pagos pela Companhia, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, PIS e COFINS passam a ser ressarcidos por meio da RAG e deixa de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termoelétrica Piratininga ("UTE Piratininga"), em 27/04/2007, para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE ("BSE"), subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás"). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa nº 1.218, de 22/01/2008. Esse contrato continha algumas condições suspensivas, as quais foram cumpridas em 21/05/2008, tornando o contrato efetivo a partir dessa data. O prazo do contrato é de 17 anos, contados a partir da data de sua assinatura. O contrato possui cláusula resolutiva em caso de não ser obtida a renovação da concessão da UTE Piratininga, a qual terminou em 7/07/2015. O MME está analisando o processo de renovação da concessão da UTE Piratininga.

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de Companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Controlada Pirapora Energia S.A. ("Pirapora")

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24/06/2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data a publicação dessa resolução. De acordo com essa autorização, ao final da autorização, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. O início de suas operações se deu em 1º de janeiro de 2015.

A energia gerada pela Pirapora foi comercializada por meio de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 do contrato prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Companhia que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico da unidade geradora – UG2 foi determinado, pela área técnica, o desligamento emergencial da UG2. A ocorrência foi comunicada à ANEEL.

Notas Explicativas

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas das paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP.

Análises e laudos realizados indicam que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás.

O cronograma atualizado previsto de retorno em operação das máquinas indica as seguintes datas:

- Retorno provisório de uma UG: 01/11/2016
- Retorno definitivo UG01: 01/09/2017
- Retorno definitivo UG02: 01/10/2017

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em **03/08/2016**. As demonstrações intermediárias foram, em seguida, submetidas ao Conselho de Administração.

2.2 Moeda funcional

Estas informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, aplicou o uso de estimativas e julgamentos de forma consistente com aqueles utilizados na preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

2.4 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não estão sendo apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são as mesmas que as apresentadas na Demonstração do Resultado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O relatório de informações trimestrais referentes ao período findo em 30 de junho de 2016 deve ser lido em conjunto com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Caixa e bancos conta movimento.....	206	202	206	202
Aplicações financeiras (a).....	46.654	44.186	54.672	49.943
	<u>46.860</u>	<u>44.388</u>	<u>54.878</u>	<u>50.145</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 1,04% ao mês no semestre findo em 30 de junho de 2016 e 0,9030% ao mês no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 .

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	13.193	12.696	17.010	16.337
b) Fornecimento				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	943	846	943	846

Não há saldos em atraso em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, paga em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, a qual poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O contrato possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008, cujo prazo de concessão encerrou-se em 07 de julho de 2015.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com o advento da transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer a renovação junto à ANEEL em 5 de julho de 2012 e posterior ratificação em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei 12.783, de 13 de janeiro de 2013, aguarda-se manifestação do Poder Concedente.

Os ativos relacionados a este arrendamento possuem valor líquido contábil de R\$ 86.439 em 30 de junho de 2016 (R\$ 89.321 em 31 de dezembro de 2015). A Administração elaborou uma análise do valor a ser indenizado no caso de não renovação da concessão para avaliar qual seria o montante a ser indenizado pelo Poder Concedente conforme determinado na cláusula décima - primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga. A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a

Notas Explicativas

BSE, e dessa forma, mesmo que não se tenha a renovação da concessão não deverá haver perdas relevantes a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado			Saldo 30.06.16
	Saldo 31.12.15	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO				
Circulante.....	75.623	12.398	(41.026)	46.995
Não Circulante.....	404.984	38.167	-	443.151
	<u>480.607</u>	<u>50.565</u>	<u>(41.026)</u>	<u>490.146</u>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira à reconhecer (a).....	(120.318)	(132.716)
Varição monetária.....	373.274	335.107
Recebimentos.....	(527.810)	(486.784)
	<u>490.146</u>	<u>480.607</u>

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Não circulante	
2017	36.797
2018.....	48.276
2019.....	52.773
2020.....	57.687
2021.....	63.060
De 2022 até 2024.....	184.558
	<u>443.151</u>

Notas Explicativas

7. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.687	2.438	2.687	2.438
Bens destinados a conserto (b).....	8.762	9.104	8.762	9.104
Mútuo com controlada (c).....	4.588	4.588	-	-
Dividendos a receber de controlada (d).....	3.896	3.896	-	-
Valores a receber - Energia Livre (e).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Outros créditos (f).....	5.089	3.895	5.089	3.895
Funcionários cedidos (g).....	6.028	4.770	6.028	4.770
GSF Pirapora energia (h).....	-	-	3.429	4.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.077)	(17.103)	(18.077)	(17.103)
	<u>17.117</u>	<u>15.732</u>	<u>12.062</u>	<u>11.951</u>

As principais modificações ocorridas em relação às divulgações feitas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 referem-se a:

- a - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b - Referem-se a saídas de bens que se encontram em estabelecimento de terceiros para conserto;
- c - Refere-se a contrato de mútuo firmado com a sua controlada; (veja maiores detalhes na nota explicativa nº 17.3)
- d - Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios a receber até novembro de 2016 de sua controlada;
- e - Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido;
- f - Referem-se a renda da prestação de serviços, créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores;
- g - Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo;
- h - GSF - Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Empresa a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei no 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL no 684/2015.

Notas Explicativas

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	31.219	17.572	31.872	18.154	31.219	17.572	31.872	18.154
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(7.805)	(4.393)	(7.968)	(4.539)	(2.810)	(1.581)	(2.868)	(1.634)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(2.534)	(2.517)	(2.534)	(2.517)	(912)	(906)	(912)	(906)
Arrendamento UTP.....	3.288	2.014	3.288	2.014	1.184	725	1.184	725
Outros.....	3.470	2.923	3.470	2.923	1.249	802	1.249	802
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(1.134)	2.101	(1.134)	2.101	(674)	756	(674)	756
Outros (PAT, incentivos).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	(761)	1.458	(1.035)	1.215	(41)	622	(199)	481
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(5.476)	1.586	(5.913)	1.198	(2.004)	418	(2.220)	224
Corrente.....	(3.303)	(394)	(3.740)	(782)	(1.222)	(295)	(1.438)	(489)
Diferido.....	(2.173)	1.980	(2.173)	1.980	(782)	713	(782)	713
Aliquota efetiva.....	18%	9%	19%	7%	6%	2%	7%	1%

8.2 Composição dos saldos dos Impostos Diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e	Controladora e	Controladora e	Controladora e
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	16.961	-	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	59.554	60.937	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	101.917	98.812
Obrigação fiscal diferida ORA (d).....	-	-	15.484	15.484
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2016 (a).....	6.106	-	-	-
Prejuízos fiscais (b).....	15.403	15.901	-	-
Obrigação fiscal diferida (c).....	-	-	36.690	35.573
Obrigação fiscal diferida ORA (d).....	-	-	5.574	5.574
	98.024	151.017	159.665	155.443
Provisão para créditos tributários (e).....	(98.024)	(151.017)	(47.899)	(46.633)
	-	-	111.766	108.810

- (a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social e prejuízo fiscal do imposto de renda;
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2013 e 2014;
- (c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);
- (d) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre o saldo de Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a). A Companhia registrou um total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitado a 30% do passivo fiscal diferido.

Notas Explicativas

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	9.396	9.350	13.079	13.033
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	13.737	13.879	13.737	13.879
	<u>23.133</u>	<u>23.229</u>	<u>26.816</u>	<u>26.912</u>

- a) R\$ 401 (R\$ 796 em 31 de dezembro de 2015) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 8.995 (R\$ 8.554 em 31 de dezembro de 2015) de outros depósitos vinculados. R\$ 3.683 (R\$ 3.683 em 31 de dezembro de 2015) referente a depósitos cauções da Controlada Pirapora para cumprimento de exigências do BNDES.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais;

10. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

	Controladora e Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Ativo financeiro indenizável	45.150	40.716
	<u>45.150</u>	<u>40.716</u>

São classificados nesta conta os investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os mesmos deverão ser recuperados a partir da próxima revisão tarifária no estabelecimento de uma nova RAG.

Durante o período findo em 30 de junho de 2016 não ocorreu nenhum fato novo em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, demonstramos a movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40.716
Adições (a)	4.434
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>45.150</u>

Do montante total do Ativo financeiro indenizável a Companhia submeteu R\$ 27 milhões para análise inicial da ANEEL, onde R\$ 6 milhões foram reconhecidos na RAG 2015/2016 e o restante foi reconhecido na RAG 2016/2017. Sendo que o montante de R\$ 18 milhões ainda não foram pleiteados para a ANEEL, visto que não entraram em operação.

Notas Explicativas

11. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Ativo reversível da concessão	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>
	<u>275.273</u>	<u>275.273</u>

Refere-se aos saldos dos ativos reversíveis, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo poder concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do com o art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013:

Durante o período findo em 30 de junho de 2016 não ocorreu nenhum fato novo em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os bens reversíveis, conforme acima apurados pela administração, são:

	30.06.2016
Complexo UHE Henry Borden	203.659
Usina Porto Góes	7.299
Usina Rasgão	6.255
Usina Edgar de Souza	56.006
Usina Isabel	2.054
	<u>275.273</u>

A Administração da Companhia informa que até 30 de junho de 2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco não há indicações de perdas de realização. Todavia, quando da homologação dos valores pela ANEEL, poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia.

12. INVESTIMENTOS

	30.06.16	31.12.15
Pirapora Energia S.A.....	<u>75.768</u>	<u>72.595</u>
Outros.....	<u>1.390</u>	<u>1.390</u>
Total.....	<u>77.158</u>	<u>73.985</u>

	Controlada
Saldo em 31.12.2015.....	<u>72.595</u>
Resultado de equivalência patrimonial.....	<u>3.173</u>
Saldo em 30.06.2016.....	<u>75.768</u>

Notas Explicativas

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2016 está representada por:

Controladora	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação	Saldo em
		31.12.15		Ativo financeiro	do período	30.06.16
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	0,8%	1.154	-	-	(45)	1.109
Máquinas e Equipamentos.....	1,2%	1.664	3	-	(515)	1.152
Veículos.....	4,1%	1	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios.....	0,3%	79	3	-	(3)	79
Subtotal.....		9.610	6	-	(564)	9.052
Em curso.....		846	2.460	(2.038)	-	1.268
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	-	(2.396)	-	801
Total Controladora.....		13.653	2.466	(4.434)	(564)	11.121

* Valor transferido para o Ativo Financeiro Indenizável

Consolidado	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação	Saldo em
		31.12.15		Ativo financeiro	do período	30.06.16
Em serviço						
Terrenos.....		6.712	-	-	-	6.712
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	0,5%	49.648	-	-	(512)	49.136
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	0,5%	50.084	-	-	(519)	49.565
Máquinas e Equipamentos.....	0,8%	65.468	3	-	(1.498)	63.973
Veículos.....	4,1%	1	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios.....	0,1%	81	3	-	(3)	81
Subtotal.....		171.994	6	-	(2.533)	169.467
Em curso.....		846	2.600	(2.038)	-	1.408
Adiantamento a fornecedores.....		3.197	-	(2.396)	-	801
Total consolidado.....		176.037	2.606	(4.434)	(2.533)	171.676

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000, a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representa 60% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 30 de junho de 2016, o valor total atualizado do financiamento era de 94.361 (R\$ 97.002 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 7.089 (R\$ 6.549 em 31 de dezembro de 2015) classificados como passivo de curto prazo e R\$ 87.272 como passivo não circulante (R\$ 90.018 em 31 de dezembro de 2015).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 30 de junho de 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos.

Notas Explicativas

15. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

15.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

	Controladora e Consolidado		
	31.12.15	30.06.16	
		Amortização	Despesa Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	24.660	(15.242)	2.151 11.569

Durante o período findo em 30 de junho de 2016 não houve alteração no plano de previdência a empregados ou modificação em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.15	30.06.16		
	Saldo	Provisão	Pagamento	Saldo
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	8.010	752	(95)	8.667
Diversas.....	11.707	4.034	-	15.741
	19.717	4.786	(95)	24.408
Cíveis.....	23.399	1.801	-	25.200
Tributárias.....	13	2	-	15
Administrativo.....	118	27	-	145
	43.247	6.616	(95)	49.768

Durante o período findo em 30 de junho de 2016, não houve modificações significativas.

Contingências Possíveis

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.06.16	31.12.15
Administrativo.....	786	522
Ambiental (i).....	66.105	60.292
Cível.....	27.366	18.635
Trabalhista.....	10.269	11.260
Tributária.....	677	-
	105.203	90.709

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, as principais modificações ocorridas nos processos judiciais cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 foram:

Notas Explicativas

Cível – A variação no período decorre principalmente do processo de reintegração de posse promovida pela EMAE em face da Sra. Eusenir e demais moradores da comunidade localizada no Pq. Grajaú (Reservatório Billings), onde ela passou da probabilidade de perda remota para possível.

Ambiental- A variação no período decorre principalmente da atualização da obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função de prazo adicional de 24 meses concedido pelo Ministério Público.

Periodicamente a EMAE apresentou judicialmente o relatório dos atos praticados no cumprimento do acordo. Em 18/03/15, foi requerido dilação de prazo de 90 dias, para concretização da remoção e destinação do lodo. Intimado a manifestar-se sobre o pleito, o Ministério Público irá avaliar as providências realizadas para, após, emitir seu parecer nos autos (prazo em andamento aguardando manifestação do MP). A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2016.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

17.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 469 (646 em 31 de dezembro de 2015) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

17.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Detalhes sobre o andamento dos processos judiciais movidos pelas partes e do processo de arbitragem estão apresentadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Durante o período findo em 30 de junho de 2016, não ocorreu nenhum evento novo em relação aos fatos divulgados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

17.3 Mútuo com subsidiária Pirapora

A Companhia, no ano de 2015, transferiu à sua controlada e subsidiária integral, PIRAPORA ENERGIA, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo tem o prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal IPC-A. Houve um aditivo prorrogando o contrato em mais 12 meses aprovado pela ANEEL e BNDES.

17.4 Remuneração do pessoal chave da administração

Partes Relacionadas	30/06/2016		30/06/2015	
	(a) nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria estatutária	3	474	2	316
Conselho Fiscal	5	148	5	148
Conselho administrativo	10	445	11	489
	<u>18</u>	<u>1.067</u>	<u>18</u>	<u>953</u>

Remuneração do pessoal chave da administração:

Partes Relacionadas	2ºTrimestre 2016		2ºTrimestre 2015	
	(a) nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria estatutária	3	237	2	158
Conselho Fiscal	5	74	5	74
Conselho administrativo	10	223	11	244
	<u>18</u>	<u>534</u>	<u>18</u>	<u>476</u>

17.5 SERVIÇOS CANAL RIO PINHEIROS

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e, anualmente, a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de junho de 2016, o saldo a receber é de R\$ 937 (R\$ 8.115 em 31 de dezembro de 2015). Durante o ano de 2016 o contrato encontra-se em fase de negociação sendo que a EMAE já desembolsou o montante de R\$ 9.432.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os principais acionistas em 30 de junho de 2016 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Custodiada na BM&F BOVESPA).....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETROBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz A. de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.265.633	10,19	2.265.633	6,13
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETOPAR - ELETROBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	534.000	2,40	534.000	1,45
Outros.....	-	-	2.761.462	12,41	2.761.462	7,47
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 não houve emissão ou agrupamento de ações.

18.2 Lucro (Prejuízo) por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		2º Trimestre	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Lucro (Prejuízo) do período	R\$ 23.739	R\$ 19.576	R\$ 15.360	R\$ (7.350)
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>

Lucro por ação básico e diluído

Ação Ordinária.....	R\$ 0,60603	R\$ 0,49972	R\$ 0,39214	R\$ (0,18766)
Ação Preferencial.....	R\$ 0,66664	R\$ 0,54969	R\$ 0,43135	R\$ (0,20642)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1 Conciliação da receita operacional líquida

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	2.842	3.655	2.842	3.655
Cotas de energia elétrica.....	38.910	31.977	38.910	31.977
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	7.454	6.916
Energia de curto prazo - CCEE.....	74	1.140	115	1.140
Renda da prestação de serviços.....	3.111	3.235	2.754	3.235
Outras receitas.....	131	1.005	131	1.005
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	3.497	3.299	3.497	3.299
	<u>48.565</u>	<u>44.311</u>	<u>55.703</u>	<u>51.227</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(6.600)	(5.851)	(6.825)	(6.058)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.429)	(1.270)	(1.478)	(1.314)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(114)	(90)	(114)	(90)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(362)	(325)	(362)	(325)
	<u>(8.505)</u>	<u>(7.536)</u>	<u>(8.779)</u>	<u>(7.787)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>40.060</u>	<u>36.775</u>	<u>46.924</u>	<u>43.440</u>
SEMESTRE				
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia.....	5.944	7.233	5.944	7.233
Cotas de energia elétrica.....	79.050	63.946	79.050	63.946
Suprimento de energia - leilão.....	-	-	14.982	13.879
Energia de curto prazo - CCEE.....	192	2.106	233	2.142
Renda da prestação de serviços.....	6.479	6.709	5.186	6.709
Outras receitas.....	251	1.382	251	1.382
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	4.434	4.036	4.434	4.036
	<u>96.350</u>	<u>85.412</u>	<u>110.080</u>	<u>99.327</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(10.216)	(8.874)	(10.667)	(9.291)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.211)	(1.926)	(2.309)	(2.016)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(211)	(180)	(211)	(180)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(716)	(677)	(716)	(677)
	<u>(13.354)</u>	<u>(11.657)</u>	<u>(13.903)</u>	<u>(12.164)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>82.996</u>	<u>73.755</u>	<u>96.177</u>	<u>87.163</u>

19.2 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre- ACL

No período findo em 30 de junho de 2016 o fornecimento para consumidores livres resultou em um faturamento de R\$ 2.842 e R\$ 5.944, respectivamente (R\$ 3.655 e R\$ 7.233 no período findo em 30 de junho de 2015). Para garantir tais contratos, foram promovidos leilões de compra de energia elétrica, sendo que, para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da BOLT Serviços e Comercialização de Energia Ltda.

Notas Explicativas

19.3 Energia Elétrica Vendida

TRIMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh (°)		R\$ mil		MWh (°)		R\$ mil	
	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	12.956	17.324	2.842	3.655	12.956	17.324	2.842	3.655
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	304.443	319.374	38.910	31.977	304.443	319.374	38.910	31.977
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	34.002	34.272	7.454	6.916
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	74	1.140	-	-	115	1.140
Total.....	317.399	336.698	41.826	36.772	351.401	370.970	49.321	43.688

SEMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh (°)		R\$ mil		MWh (°)		R\$ mil	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Fornecimento (1)								
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	25.688	34.394	5.944	7.233	25.688	34.394	5.944	7.233
Cotas de Garantia Física								
Cotas de energia elétrica.....	624.238	655.386	79.050	63.946	624.238	655.386	79.050	63.946
Suprimento								
Leilão.....	-	-	-	-	69.371	69.877	14.982	13.879
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (2)								
Energia de curto prazo.....	-	-	192	2.106	-	-	233	2.142
Total.....	649.926	689.780	85.186	73.285	719.297	759.657	100.209	87.200

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19.4 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2015
Petrobras (UTE's).....	1.724	2.396	1.724	2.396
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.030	816	1.030	816
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA.....	357	-	-	-
Outros serviços.....	-	23	-	23
	3.111	3.235	2.754	3.235

SEMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Petrobras (UTE's).....	3.676	5.170	3.676	5.170
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.510	1.494	1.510	1.494
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA.....	1.293	-	-	-
Outros serviços.....	-	45	-	45
	6.479	6.709	5.186	6.709

Notas Explicativas

20. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

20.1 Para os trimestres findos em 30 de Junho

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015
Energia elétrica comprada para revenda.....	(2.009)	(2.344)	-	-	(2.009)	(2.344)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.127)	(1.010)	-	-	(1.127)	(1.010)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.151)	(803)	-	-	(1.151)	(803)
Pessoal.....	(25.092)	(30.042)	-	-	(25.092)	(30.042)
Material.....	(851)	(841)	-	-	(851)	(841)
Serviço de terceiros.....	(13.547)	(18.347)	-	-	(13.547)	(18.347)
Depreciação e amortização.....	(434)	(679)	-	-	(434)	(679)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(2.111)	(4.057)	-	-	(2.111)	(4.057)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(3.497)	(3.299)	-	-	(3.497)	(3.299)
Baixa no imobilizado.....	-	-	-	(3.165)	-	(3.165)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.008	-	1.008	-
Outras.....	(3.809)	(8.168)	-	-	(3.809)	(8.168)
Total.....	(53.628)	(69.590)	1.008	(3.165)	(52.620)	(72.755)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015	2º trimestre 2016	2º trimestre 2015
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.554)	(4.880)	-	-	(3.554)	(4.880)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(1.243)	(1.105)	-	-	(1.243)	(1.105)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.151)	(803)	-	-	(1.151)	(803)
Pessoal.....	(25.092)	(30.042)	-	-	(25.092)	(30.042)
Material.....	(854)	(841)	-	-	(854)	(841)
Serviço de terceiros.....	(13.770)	(18.352)	-	-	(13.770)	(18.352)
Depreciação e amortização.....	(1.419)	(679)	-	-	(1.419)	(679)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(2.111)	(4.057)	-	-	(2.111)	(4.057)
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(3.497)	(3.299)	-	-	(3.497)	(3.299)
Baixa no imobilizado.....	-	-	-	(3.165)	-	(3.165)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.008	-	1.008	-
Outras.....	(4.074)	(8.252)	-	-	(4.074)	(8.252)
Total.....	(56.765)	(72.310)	1.008	(3.165)	(55.757)	(75.475)

Notas Explicativas

20.2 Para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho

CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Energia elétrica comprada para revenda.....	(4.107)	(4.949)	-	-	(4.107)	(4.949)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.266)	(1.996)	-	-	(2.266)	(1.996)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.591)	(1.741)	-	-	(4.591)	(1.741)
Pessoal.....	(48.380)	(53.355)	-	-	(48.380)	(53.355)
Material.....	(1.696)	(1.554)	-	-	(1.696)	(1.554)
Serviço de terceiros.....	(28.457)	(24.853)	-	-	(28.457)	(24.853)
Depreciação e amortização.....	(609)	(985)	-	-	(609)	(985)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(6.520)	5.470	-	-	(6.520)	5.470
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(4.434)	(4.036)	-	-	(4.434)	(4.036)
Baixa no imobilizado.....	-	-	-	(3.165)	-	(3.165)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.011	-	1.011	-
Outras.....	(7.906)	(14.358)	-	-	(7.906)	(14.358)
Total.....	(108.966)	(102.357)	1.011	(3.165)	(107.955)	(105.522)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Energia elétrica comprada para revenda.....	(6.984)	(7.485)	-	-	(6.984)	(7.485)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.497)	(2.182)	-	-	(2.497)	(2.182)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(4.591)	(1.741)	-	-	(4.591)	(1.741)
Pessoal.....	(48.380)	(53.355)	-	-	(48.380)	(53.355)
Material.....	(1.702)	(1.554)	-	-	(1.702)	(1.554)
Serviço de terceiros.....	(28.888)	(24.860)	-	-	(28.888)	(24.860)
Depreciação e amortização.....	(2.578)	(985)	-	-	(2.578)	(985)
Reversão (Provisão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(6.520)	5.470	-	-	(6.520)	5.470
Custos relativos a construção de ativos próprios.....	(4.434)	(4.036)	-	-	(4.434)	(4.036)
Baixa no imobilizado.....	-	-	-	(3.165)	-	(3.165)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	1.011	-	1.011	-
Outras.....	(8.212)	(14.480)	-	-	(8.212)	(14.480)
Total.....	(114.786)	(105.208)	1.011	(3.165)	(113.775)	(108.373)

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.040	989	1.327	1.408
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	6.268	6.703	6.268	6.703
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	1	105	1	105
Outras.....	242	10	541	10
	<u>7.551</u>	<u>7.807</u>	<u>8.137</u>	<u>8.226</u>
Despesas				
Juros	-	-	(2.165)	(1.935)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	-	(226)	(44)	(226)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(49)	(45)	(49)	(45)
Juros sobre RGR.....	(202)	(202)	(202)	(202)
Outras.....	-	-	5	-
	<u>(251)</u>	<u>(473)</u>	<u>(2.455)</u>	<u>(2.408)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	18.894	14.624	18.894	14.624
Outras variações monetárias	213	15	213	15
	<u>19.107</u>	<u>14.639</u>	<u>19.107</u>	<u>14.639</u>
	<u>26.407</u>	<u>21.973</u>	<u>24.789</u>	<u>20.457</u>
SEMESTRE	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.430	2.683	2.979	3.169
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	12.398	13.258	12.398	13.258
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	24	260	24	260
Outras.....	247	80	564	80
	<u>15.099</u>	<u>16.281</u>	<u>15.965</u>	<u>16.767</u>
Despesas				
Juros	-	-	(4.357)	(3.761)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(85)	(1.315)	(129)	(1.315)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(92)	(88)	(92)	(88)
Juros sobre RGR.....	(405)	(405)	(405)	(405)
Outras.....	-	-	-	-
	<u>(582)</u>	<u>(1.808)</u>	<u>(4.983)</u>	<u>(5.569)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga.....	38.166	28.150	38.166	28.150
Outras variações monetárias	322	16	322	16
	<u>38.488</u>	<u>28.166</u>	<u>38.488</u>	<u>28.166</u>
	<u>53.005</u>	<u>42.639</u>	<u>49.470</u>	<u>39.364</u>

Notas Explicativas

22. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2016	09.04.2017	2.500	223
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	07.11.2015	05.11.2016	10.000	150
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	12.11.2015	12.11.2016	324	2
Seguro de veículos.....	01.02.2016	01.02.2017	168	6
			<u>12.992</u>	<u>381</u>

(1) Refere-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;

(2) Refere-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração;

(3) Refere-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações da Companhia.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15	
Caixa e equivalentes de caixa.....	46.860	44.388	54.878	50.145	Valor justo por meio do resultado
Revendedores.....	13.193	12.696	17.010	16.337	Empréstimos e recebíveis
Consumidores.....	943	846	943	846	Empréstimos e recebíveis
Serviços - Canal Pinheiros.....	937	8.115	937	8.115	Empréstimos e recebíveis
Alienação de bens e direitos.....	-	835	-	835	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento UTE Piratininga.....	490.146	480.607	490.146	480.607	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	17.117	15.732	12.062	11.951	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	23.133	23.229	26.816	26.912	Disponível para venda
Ativo financeiro indenizável.....	45.150	40.716	45.150	40.716	Empréstimos e recebíveis
Ativo reversível da concessão.....	275.273	275.273	275.273	275.273	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores.....	4.668	4.544	5.011	4.742	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.716	3.716	3.716	3.716	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	94.361	97.002	Passivo financeiro pelo custo amortizado

Mensuração do valor justo

As políticas contábeis estabelecidas pela Administração da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de determinados ativos e passivos financeiros e não financeiros pelo seu valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs), utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma.

	Nível I	Nível II
Caixa e equivalentes de caixa.....	X	X
Cauções e depósitos vinculados.....		X

Notas Explicativas

- Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia, a qual está totalmente comprometida, por meio de cotas, com as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

(a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento, de acordo com os padrões de mercado, e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

No período findo em 30 de junho de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(a.2) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e cotas de garantia física - o reduzido número de clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de, no mínimo, dois meses de faturamento.

Adicionalmente, a Companhia tem registrado um contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga. A realização dessas contas a receber depende da capacidade financeira da contraparte em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas ITR não havia atrasos no recebimento dessas contas a receber.

Os grupo de contas sujeitos a esse risco são: Revendedores e Consumidores (nota 5); Serviços de canal do Rio Pinheiros (nota 17.5); Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (nota 6); Outros créditos (nota 7); Ativo financeiro indenizável (nota 10) e Ativo reversível da concessão (nota 11).

Notas Explicativas

(a.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(a.4) Exposição a riscos de juros

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 30 de junho de 2016, com CDI overnight de 14,09% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		14,09%	10,57%	7,05%
Controladora	46.654	6.574	4.931	3.289
Consolidado	54.672	7.703	5.779	3.854

Fonte: Valor Econômico

A Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 30 de junho de 2016 referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,5% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,50%	7,50%	9,38%	11,25%
Liberado pelo BNDES	94.361	7.077	8.851	10.616

Fonte: TJLP (BNDES).

(a.5) Risco de liquidez

A Companhia tem capacidade limitada de obtenção de recursos para financiamento e capitalização. Tal condição pode afetar adversamente eventuais planos de expansão da Companhia. A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia, na data base 30 de junho de 2016. Para a rubrica “empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.011	-	-	-	-	5.011
Empréstimos e financiamentos (BNDES).....	1.977	9.888	11.865	59.325	86.022	169.077
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	3.716	-	-	-	3.716
Total	6.988	13.604	11.865	59.325	86.022	177.804

(a.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros e outros, veja mais detalhes na nota explicativa nº 14

Os cálculos do índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD e índice de capital próprio – ICP são realizados em bases anuais e estão apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

(b) Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico dessas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência, exceto em relação à PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

Para mitigar o risco hidrológico, em 2015, a PCH da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, requereu à ANEEL a repactuação deste risco, nos termos da Lei nº13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº189 de 25/01/2016.

(c) Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

Em 28 de julho de 2015 a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.924, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

Notas Explicativas

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG	Adicionais de receitas	Bens não reversíveis (5%)	TFSEE	USO	P&D	RAG
Henry Borden...	100.182	2.015	5.509	501	3.065	1.225	122.497
Porto Góes.....	3.848	299	192	14	982	55	5.390
Rasgão.....	3.164	1.047	158	12	309	47	4.737
	107.194	3.361	5.859	527	4.356	1.327	132.624

Fonte: REH 1924/15 Nota técnica nº 180/2015

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 17% em relação a RAG anterior.

(d) Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e sua controlada. Essas alterações podem decorrer de mudanças nas regras de contratação e comercialização de energia, regras tarifárias, nas formas e prazos de concessão, entre outras.

(e) Risco de alteração na legislação tributária

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

(f) Risco relacionado à integridade dos empreendimentos

Um risco inerente às operações da Companhia e de sua controlada é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A Companhia e sua controlada adotam uma política de segurança de barragem para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos e/ou minimizar seu impacto.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de julho de 2016, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2107/2016, homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2016 a 30 junho de 2017.

Notas Explicativas

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG (a)	Adicionais de investimentos (b)	Bens não reversíveis (5%) ©	Desempenho	Encargos	Ajustes (d)	RAG
Henry Borden....	119.926	6.547	5.996	995	5.135	15.069	153.668
Porto Góes.....	4.189	155	209	293	573	534	5.953
Rasgão.....	3.443	429	172	-	446	492	4.982
	127.558	7.131	6.377	1.288	6.154	16.095	164.603

Fonte: REH 2107/2016 Nota técnica nº 232/2016

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 29% em relação a RAG anterior.

a) GAG

A GAG é parcela que a ANEEL, disponibiliza as concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) Adicional de Investimentos

A Aneel homologa adicional de receita as concessionaria de geração de energia elétrica no regime de cotas pelos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31/12/2012.

c) Bens não Reversíveis

A Aneel reconhece um adicional de receita de 5% do GAG para investimento de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, moveis, utensílios, veículos e etc.

d) Ajustes

Por meio da Resolução Homologatória 2.106 de 05 de julho de 2016 a ANEEL, reconheceu um adicional de receita para investimentos de bens não reversíveis de janeiro de 2013 a junho de 2015, que inicialmente não haviam sido considerados na RAG de 2015/2016, cuja realização ocorrerá no ciclo 2016/2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo financeiro da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão. Esse ativo financeiro, no montante de R\$ 45.150 mil em 30 de junho de 2016, representa investimentos realizados pela Companhia em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de companhias de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisão tarifária no estabelecimento de uma nova Receita Anual de Geração (“RAG”). A Administração da Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos a aprovação da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo reversível da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR (Valor novo de reposição) pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e a Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia apresentou para a ANEEL em 4 de junho de 2014 a relação dos investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil. A Administração da Companhia informa que até 30 de junho de 2016 não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados, tampouco há indicações de perda de realização. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Administração da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2